

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do Setor de Licitação do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEDEST, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<p>PREGÃO ELETRÔNICO:</p> <p>2083/2025</p> <p>TIPO: MENOR PREÇO</p> <p><i>UASG: 928278</i></p>	<p>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</p> <p>Até 09 h 30 min do dia 24/02/2026</p> <p>Início da sessão / disputa de lances:</p> <p>09 h 30 min do dia 24/02/2026</p> <p>Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.</p>
---	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de Estufas Agrícolas e Casas de Vegetação para atender a demanda de produção de mudas e testes de germinação nos Viveiros e Laboratórios de Sementes Florestais do Instituto Água e Terra.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 1.319.141,49 (Um milhão trezentos e dezenove mil, cento e quarenta e um reais e quarenta e nove centavos)**; sendo:

Lote 1 - R\$ 783.481,05 (Setecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e oitenta e um reais e cinco centavos).

Lote 2 - R\$ 105.482,39 (Cento e cinco mil, quatrocentos e oitenta dois reais e trinta e nove centavos).

Lote 3 - R\$ 430.178,05 (Quatrocentos e trinte mil, cento e setenta e oito reais e cinco centavos).

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: F6961 1854 223 8294 - Gestão da conservação e recuperação do meio ambiente FEMA.

Elemento da despesa: 4490.52.40 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários.

Fonte: 759, 000118.

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov.br. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br/>), do Compras Paraná (<https://www.administracao.pr.gov.br/Compras>) e do Compras.gov.br (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Suellen Azevedo Costa e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 614, de 25 de novembro de 2024 e n.º 81, de 29 de janeiro de 2026, servidores(as) do IAT.

E-mail: licitar@iat.pr.gov.br;

Telefones: (41) 3304-7030, (41) 3304-7046 (41) 3304-7082;

Endereço: Rua Desembargador Motta, n° 3384, Bairro Mercês – CEP 80.430-200, Curitiba/ PR

O atendimento será feito de segunda a sexta-feira, no horário das 08h30min às 12 h e das 13h às 17:30min, exceto feriados.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.administracao.pr.gov.br/Compras> pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de julgamento de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados.

2.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1 O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1 Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 CONSÓRCIO:

5.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

6 ANEXOS:

[Anexo I](#) – Termo de Referência;

[Anexo II](#) – Documentos de Habilitação;

[Anexo III](#) – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;

[Anexo IV](#) – Modelo de Procuração;

[Anexo V](#) – Modelo de Declaração;

[Anexo VI](#) – Locais de Entrega;

[Anexo VII](#) – Minuta de Contrato (ou Anexo à Nota de Empenho);

[Anexo VIII](#) – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.

[Anexo IX](#) – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal - compras.gov.br, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual (compras.gov.br), conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/manuais> ou, ainda, por meio do telefone 0800-978-9001 (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual (compras.gov.br) implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.1.2 Os interessados deverão efetuar seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que trata a Lei Federal n° 14.133/2021, de 2021, recomenda-se também a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná (<https://www.administracao.pr.gov.br/Compras>), nos termos do Decreto Estadual n° 9.762, de 2013.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5.1 Esse prazo está estabelecido para assegurar que a Administração tenha tempo suficiente para realizar a avaliação completa e detalhada das propostas recebidas, realizar os procedimentos administrativos internos, e possibilitar eventuais negociações ou ajustes que se façam necessários. Além disso, garante que as condições apresentadas pelo licitante permaneçam válidas e inalteradas durante o período de avaliação e decisão, e está alinhado com o prazo de validade comumente praticado em processos licitatórios, conforme as orientações legais e normativas recomendadas.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

- 5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1.000,00 (mil reais).
- 5.9** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.9.1** A escolha do modo de disputa aberto fundamenta-se na transparência e na igualdade de condições, na promoção da competitividade, na eficiência do processo e no atendimento ao interesse público. Esse modo atende aos princípios e exigências legais, e contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 5.10** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 5.13** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 5.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.
- 5.16** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18** O Critério de julgamento adotado será o menor preço (ou maior desconto), conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.
- 5.21** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.22** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.23** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo

imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$\frac{I}{(TX)} = I = \left(\frac{6}{100} \right)^{\frac{1}{365}} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3 O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, assinado e datado eletronicamente.

Lilian dos Santos Barreto
Membro de Apoio da Comissão de Licitações
Instituto Água e Terra – IAT/PR



ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT
Diretoria Administrativa e Financeira
Setor de Licitação



Protocolo nº 24.830.736-6 Pregão Eletrônico nº 2083/2025 – EDITAL (página 12 de 32)

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025.
Acesso em 04/12/2025 às 11h40min.

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 06/02/2026 15:34 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO. Inserido ao protocolo **24.830.736-6** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 06/02/2026 12:33. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **9376ec6443933dbd3f0e1baa9a506966**

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Aquisições de Estufas Agrícolas e Casas de Vegetação para atender a demanda de produção de mudas e testes de germinação nos Viveiros e Laboratórios de Sementes Florestais do Instituto Água e Terra, conforme especificações da planilha abaixo:

Lote 1	Descrição do Objeto	Exigências Complementares do Item	Quantidade	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo	Cataloga- ção GMS
Item 1	Estufa agrícola (16 x 33 metros)	Dimensão total de 16x33 metros composta por dois módulos de 8x33 metros conectados por porta interna; Estrutura metálica galvanizada com cobertura treliçada tipo arco (meia-lua); Cobertura com filme plástico difusor de luz, 150 micras; Meia lua com janela de ventilação móvel; Paredes frontais em tela fixa de filme plástico UV 150 micras; Paredes laterais em tela fixa de monofilamento (malha 30%); Cortina lateral em filme plástico UV 150 micras; Laterais com sistema de manivela para levantamento do filme plástico UV 150 micras; Piso interno revestido com brita; Portas frontais deslizantes e resistentes; Sistema de irrigação por microaspersão com painel temporizador; Altura sob a calha: 3 metros; Calhas de alumínio 150 x 90 mm; Funis de 150 mm com tubulação de saída; Mureta de concreto (20 cm de altura x 35 cm de profundidade) em toda a extensão da estufa; Calçada externa (cimento) de 80 cm ao redor de toda a extensão da estufa.	Três unidades	R\$ 261.160,35	R\$ 783.481,05	3703 - 79281

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: Setembro/2022.

Assinatura Avançada realizada por: **Alison de Araujo Bevervanco (XXX.070.399-XX)** em 03/12/2025 15:45 Local: IAT/DIPAN/GERA/DMN. Inserido ao protocolo **24.830.736-6** por: **Alison de Araujo Bevervanco** em: 03/12/2025 15:43. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **37809d0bc28f3d8fa1b9fc7cef882ba**

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 06/02/2026 15:34 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO. Inserido ao protocolo **24.830.736-6** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 06/02/2026 12:33. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **9376ec6443933dbd3f0e1baa9a506966**

Protocolo nº24.830.736-6 - Termo de Referência (página 2 de 18)

Lote 2	Descrição do Objeto	Exigências Complementares do Item	Quantidade	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo	Catálogo GMS
Item 1	Estufa agrícola (8 x 12 metros)	Dimensão total de 8 x 12 metros em módulo único; Estrutura metálica galvanizada com cobertura treliçada tipo arco (meia-lua); Cobertura com filme plástico difusor de luz, 150 micras; Meia lua com janela de ventilação móvel; Paredes frontais em tela fixa de filme plástico UV 150 micras; Paredes laterais em tela fixa de monofilamento (malha 30%); Cortina lateral em filme plástico UV 150 micras; Laterais com sistema de manivela para levantamento do filme plástico UV 150 micras; Piso interno revestido com brita; Portas frontais deslizantes e resistentes; Sistema de irrigação por microaspersão com painel temporizador; Altura sob a calha: 3 metros; Calhas de alumínio 150 x 90 mm; Funis de 150 mm com tubulação de saída; Mureta de concreto (20 cm de altura X 35 cm de profundidade) em toda a extensão da estufa; Mureta de concreto (20 cm de altura x 35 cm de profundidade) em toda a extensão da estufa; Calçada externa (cimento) de 80 cm ao redor de toda a extensão da estufa.	Uma unidade	R\$ 105.482,39	R\$ 105.482,39	3703 - 79281

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
 Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
 Atualização: Setembro/2022.

Assinatura Avançada realizada por: **Alison de Araujo Bevervanco (XXX.070.399-XX)** em 03/12/2025 15:45 Local: IAT/DIPAN/GERA/DMN. Inserido ao protocolo **24.830.736-6** por: **Alison de Araujo Bevervanco** em: 03/12/2025 15:43. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **37809d0bc28f3d8fa1b9fc7cef882ba**

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 06/02/2026 15:34 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO. Inserido ao protocolo **24.830.736-6** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 06/02/2026 12:33. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **9376ec6443933dbd3f0e1baa9a506966**

Lote 3	Descrição do Objeto	Exigências Complementares do Item	Quantidade	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo	Catalog ação GMS
Item 1	Casa de vegetação (8 x 12 metros)	Estrutura metálica galvanizada com cobertura tipo duas águas; Cobertura com plástico difusor de luz, 150 micras; Laterais e frontais com placas de policarbonato até a altura da calha; Sistema PAD FAN com painel evaporativo, bomba e placa de 2 metros; Dois exaustores industriais modelo EM50 com motor trifásico de 1,00 CV; Sistema de ventilação forçada com controle de umidade automatizado; Vedação climática eficiente; Altura sob a calha: 3 metros; Calhas em alumínio extrudado 150 x 90 mm (liga 6005A T5); Funis de 150 mm com tubulação de saída; Porta de acesso deslizante (1,50 x 2,10 m); Painel com controlador de temperatura e irrigação (temporizador Timer); Tomada de saída no painel; Sistema de irrigação por nebulização; 1 bomba TP-80 1 CV por unidade; 1 caixa d'água de 1.000 L por unidade; Mureta de concreto (20 cm de altura x 35 cm de profundidade) em toda a extensão da estufa; Calçada externa (cimento) de 80 cm ao redor de toda a extensão da estufa.	Duas unidades	R\$ 215.089,02	R\$ 430.178,05	3703 - 79281

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE 1: ESTUFA AGRÍCOLA 16 X 33 metros

Características gerais da estufa

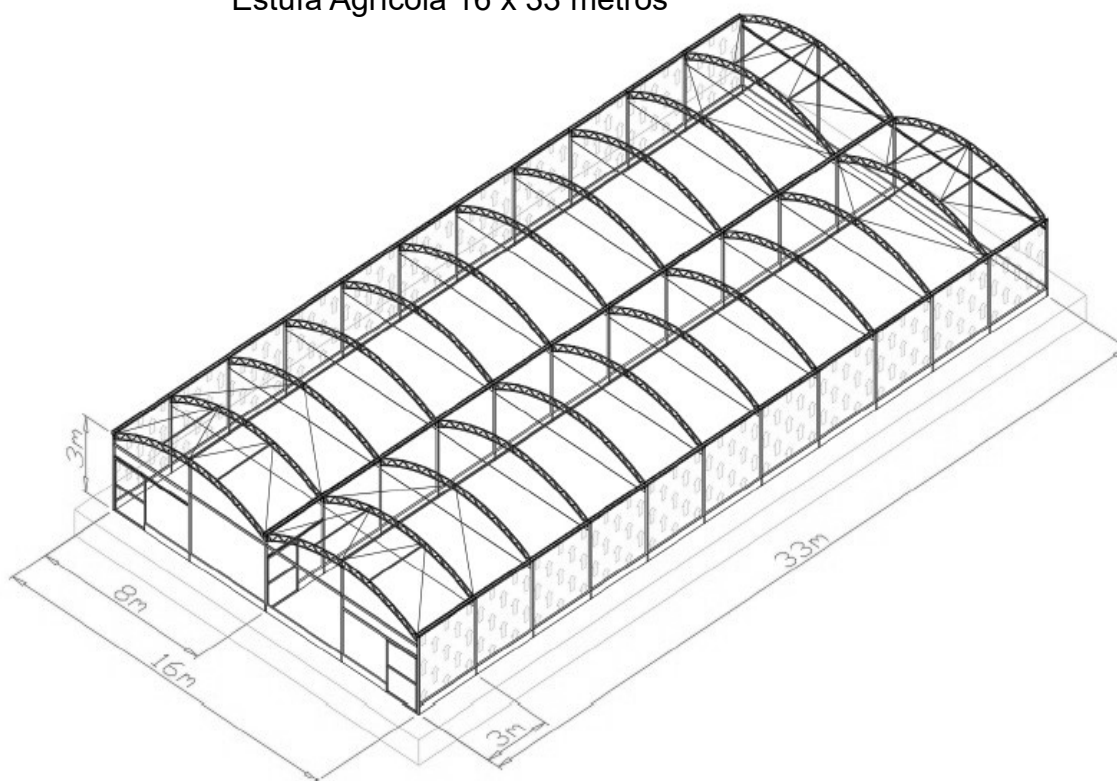
Dimensão total de 16 x 33 metros dividida em dois módulos de 8 x 33 metros;
Módulos conectados por porta interna deslizante;
Estrutura metálica galvanizada com cobertura treliçada tipo arco (meia-lua);
Cobertura com filme plástico difusor de luz, 150 micras;
Meia lua com janela de ventilação móvel;
Paredes frontais em tela fixa de filme plástico UV 150 micras;
Paredes laterais em tela fixa de monofilamento (malha 30%);
Cortina lateral em filme plástico UV 150 micras;
Laterais com sistema de manivela para levantamento do filme plástico UV 150 micras;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: Setembro/2022.

Assinatura Avançada realizada por: **Alison de Araujo Bevervanco (XXX.070.399-XX)** em 03/12/2025 15:45 Local: IAT/DIPAN/GERA/DMN. Inserido ao protocolo **24.830.736-6** por: **Alison de Araujo Bevervanco** em: 03/12/2025 15:43. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **37809d0bc28f3d8fa1b9fc7cef882ba**

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 06/02/2026 15:34 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO. Inserido ao protocolo **24.830.736-6** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 06/02/2026 12:33. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **9376ec6443933dbd3f0e1baa9a506966**

Piso interno revestido com brita;
Portas frontais deslizantes e resistentes;
Sistema de irrigação por microaspersão com painel temporizador;
Irrigação independente por módulo;
Altura mínima sob a calha de 3 metros;
Calhas de alumínio 150 x 90 mm;
Funis de 150 mm com tubulação de saída;
Mureta de alvenaria (20 cm de altura) em toda a extensão da estufa;
Calçada externa de 80 cm ao redor.

Modelo estrutural proposto para a estufa agrícola – Lote 1**Estufa Agrícola 16 x 33 metros****Dimensões da Estufa**

Área total da estufa: 528 m² (16 x 33 m)

Área total por módulo: 264 m² (8 x 33 m)

Altura do pé direito: mínimo de 3 m

Locais de instalação

As estufas serão implantadas nos municípios de Paranavaí, Umuarama e Cornélio Procopio. As áreas destinadas à implantação das estruturas serão devidamente preparadas pelo Instituto Água e Terra (IAT).

Fundações

As colunas deverão ser fixadas ao solo por meio de chumbamento com concreto, em fundações dimensionadas conforme as especificações técnicas, contemplando diâmetro e profundidade adequados. Será executado baldrame em todos os quatro lados, interligando as colunas estruturalmente. O fornecimento dos materiais necessários à execução das fundações — tais como cimento, areia, brita nº 1, entre outros — será de responsabilidade da empresa contratada.

Pé direito

O Pé direito deverá ser feito em tubo de aço galvanizado, conforme descrição abaixo.

Colunas, travessas e arcos em aço galvanizado, conforme descrição abaixo.

Aço: O aço utilizado para a formação da estrutura deverá ser galvanizado conforme as normas da ABNT e/ou ASTM A-153 e ASTM A-123.

Alumínio: Deverão ser utilizados os seguintes perfis de alumínio extrudado (Ligas 6063/6261) (Temperas T6/T5): • Calhas para escoamento de água, em alumínio, medindo 90 mm x 150 a 180 mm ou Calha de aço galvanizado a fogo, medindo 70 x 180 x 1,5 mm;

Perfis base simples ou dupla para fixação dos filmes de polietileno da cobertura e fechamentos.

Estrutura metálica

A estrutura da estufa deverá ser composta por pé-direito, colunas, travessas e arcos, todos confeccionados em tubos de aço galvanizado, conforme as especificações técnicas estabelecidas. O aço galvanizado, atendendo às normas da ABNT e/ou ASTM A-153 e ASTM A-123, garantindo resistência à corrosão e durabilidade da estrutura.

Serão utilizados perfis de alumínio extrudado nas ligas 6063 ou 6261, com tempera T6 ou T5, para os seguintes componentes:

Calhas para escoamento de águas pluviais, com dimensões de 90 mm x 150 a 180 mm (em alumínio), ou, alternativamente, calhas em aço galvanizado a fogo, com dimensões de 70 mm x 180 mm x 1,5 mm;

Perfis base (simples ou duplos) destinados à fixação dos filmes de polietileno utilizados na cobertura e nos fechamentos laterais.

Área interna da estufa

Caberá à contratada a execução do revestimento integral do solo da área interna com brita devidamente espalhada e nivelada, de forma a garantir as condições adequadas para a posterior instalação de bancadas elevadas destinadas ao cultivo de mudas.

Cobertura

A cobertura deverá ser composta por filme de polietileno transparente, com espessura de 150 micras, dotado de aditivo com tratamento contra radiação ultravioleta (UV), visando aumentar a durabilidade do material e garantir a proteção adequada às culturas.

Laterais e Fechamentos

As paredes frontais deverão ser confeccionadas em tela fixa de filme plástico transparente de polietileno, com espessura de 150 micras, aditivado com tratamento contra radiação ultravioleta (UV), garantindo resistência às intempéries e proteção às mudas.

As paredes laterais deverão ser constituídas por tela fixa de monofilamento com malha de 30% de sombreamento, fabricada em polietileno de alta densidade (PEAD), com tratamento anti-UV, atuando como barreira física parcial contra insetos e contribuindo para o controle microclimático no interior da estufa.

A estrutura deverá contar com cortina lateral móvel, também em filme plástico de polietileno com espessura mínima de 150 micras e aditivo anti-UV, acionada por sistema de manivela manual, que possibilite o levantamento controlado do filme para ventilação lateral, conforme as condições climáticas e operacionais.

Calçada Externa

Deverá ser executado um piso em concreto não polido (piso bruto) com largura mínima de 80 cm, contornando externamente todo o perímetro da estufa.

O piso deverá apresentar declividade de 2% no sentido oposto à estrutura da estufa, visando o adequado escoamento das águas pluviais e evitando o acúmulo de umidade nas proximidades da fundação.

Mureta Perimetral

Deverá ser executada, ao longo de todo o perímetro da estufa, uma mureta de vedação em concreto armado, com altura variando entre 20 cm e 25 cm, destinada ao arremate e fixação dos fechamentos frontais e laterais da estrutura.

A mureta deverá ser dimensionada de acordo com as cargas atuantes e as características do solo, garantindo resistência e estabilidade ao conjunto.

O fornecimento de todos os materiais necessários à sua execução, incluindo cimento, areia, pedra brita nº 1, barras de aço CA-50 com diâmetro de ¼ (6,3 mm) e demais insumos serão de responsabilidade da empresa contratada.

Portas

Deverão ser instaladas três (03) portas de correr, com dimensões mínimas de 2,00 metros de largura por 2,30 metros de altura cada, fabricadas com perfis de alumínio extrudado. O fechamento das portas deverá ser executado com tela policarbonato, assegurando barreira eficiente contra insetos vetores de viroses, sem comprometer a ventilação.

Duas portas deverão ser instaladas nas paredes frontais de cada módulo, permitindo o acesso externo ao interior da estufa. A terceira porta deverá ser posicionada internamente, interligando os dois módulos, a fim de viabilizar o trânsito entre eles.

As portas deverão ser montadas de forma desencontrada, visando favorecer a ventilação cruzada e otimizar o controle do microclima interno da estufa.

Ligação Hidráulica

Fica a cargo da empresa contratada a execução completa de todas as ligações hidráulicas necessárias para o abastecimento da estufa, incluindo o fornecimento, instalação e assentamento das tubulações e acessórios, desde o ponto de captação de água até o reservatório e demais pontos de utilização. O Instituto Água e Terra (IAT) responsabiliza-se por fornecer os pontos de captação de água na área dos viveiros onde as estufas serão instaladas.

Sistema de irrigação

A contratada deverá fornecer e instalar sistema de irrigação por microaspersão para estufa de 16 m x 33 m (altura: 2,50 m), com as seguintes especificações:

Emissores: 136 microaspersores mono saída, vazão 70 L/h, com válvula antigotejamento e perfil estabilizador; espaçamento 2,00 m x 2,00 m.

Tubulação: 8 linhas em PVC Ø25 mm PN60 (17 emissores/linha); ramal principal em PVC Ø50 mm PN60.

Setorização: 2 setores independentes, com acionamento individual.

Controle e Monitoramento: Quadro de comando com controlador automático Galcon (6 estações), filtro de disco e manômetro.

Motobomba: Trifásica, 2,0 cv, conectada a reservatório de 1.000 L.

Vazão total: 9.520 L/h.

O sistema deverá garantir cobertura uniforme, operação automatizada por setor e conformidade com as normas técnicas vigentes.

Montagem

A montagem da estufa agrícola deverá ser realizada por técnicos especializados, devidamente registrados e segurados pela empresa contratada, em conformidade com as normas e exigências de segurança do trabalho vigentes.

Os preços propostos deverão contemplar integralmente todos os materiais, tributos, mão de obra, encargos sociais, fretes até o local de entrega, bem como quaisquer outros encargos incidentes sobre o fornecimento e execução do objeto desta licitação, os quais serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

Compete ao IAT a execução dos serviços de terraplanagem, o fornecimento de energia elétrica e água necessários para a montagem, a captação de águas pluviais junto à base das colunas (após instalação dos tubos de PVC) e o fornecimento de alimentação elétrica até o painel de comando.

A contratada deverá realizar os serviços no local designado e dentro dos prazos estipulados no Edital, contados a partir da assinatura do contrato e do recebimento da Nota de Empenho.

A contratada responsabiliza-se por todos os custos e ônus relacionados ao fornecimento do objeto adjudicado, incluindo mão de obra, fretes, seguros e demais despesas desde a origem até a entrega e instalação no local de destino.

Também é responsabilidade da contratada o descarregamento da carga no local de entrega, sem qualquer custo adicional para a contratante.

Garantia

A contratada deverá fornecer garantia mínima de:

18 (dezoito) meses para o filme de polietileno utilizado na cobertura, abrangendo defeitos de fabricação e desempenho inadequado decorrente de degradação prematura;

5 (cinco) anos para a galvanização da estrutura metálica, assegurando sua durabilidade e resistência à corrosão, conforme normas técnicas aplicáveis.

Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela substituição ou reparo dos materiais que apresentarem defeitos ou falhas comprovadas, sem custos adicionais para a contratante.

LOTE 2: ESTUFA AGRÍCOLA 8 x 12 metros

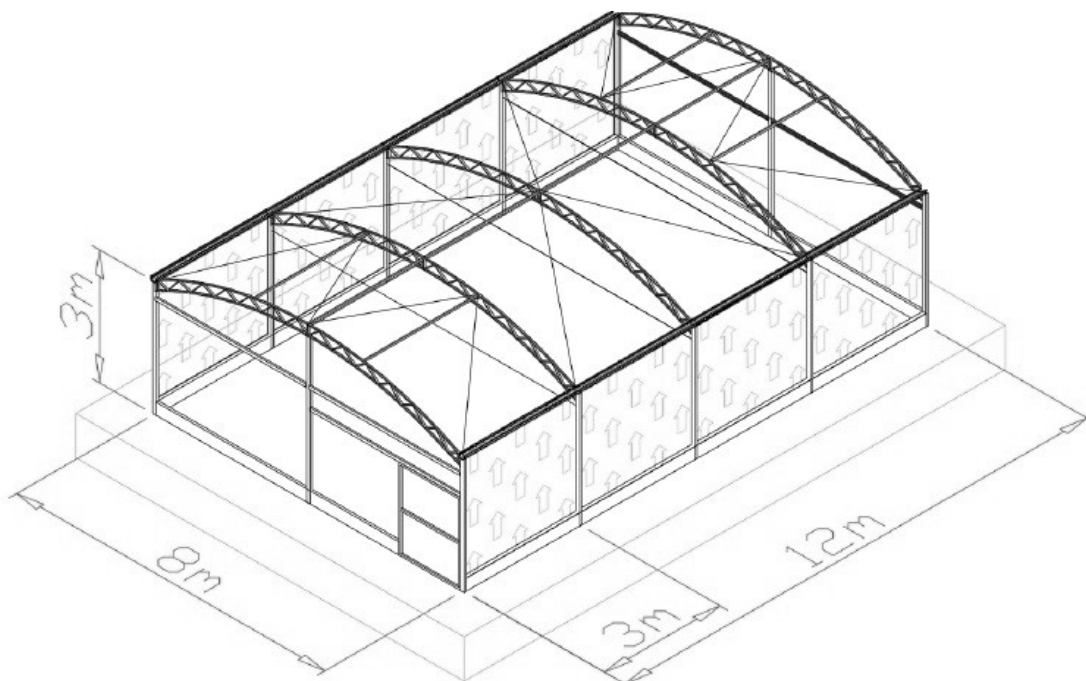
Características gerais da estufa

Dimensão total de 8 x 12 metros em módulo único;

Estrutura metálica galvanizada com cobertura treliçada tipo arco (meia-lua);

Cobertura com filme plástico difusor de luz, 150 micras;

Meia lua com janela de ventilação móvel;
Paredes frontais em tela fixa de filme plástico UV 150 micras;
Paredes laterais em tela fixa de monofilamento (malha 30%);
Cortina lateral em filme plástico UV 150 micras;
Laterais com sistema de manivela para levantamento do filme plástico UV 150 micras;
Piso interno revestido com brita;
Portas frontais deslizantes e resistentes;
Sistema de irrigação por microaspersão com painel temporizador;
Irrigação independente;
Altura mínima sob a calha de 3 metros;
Calhas de alumínio 150 x 90 mm;
Funis de 150 mm com tubulação de saída;
Mureta de alvenaria (20 cm de altura) em toda a extensão da estufa;
Calçada externa de 80 cm ao redor.

Modelo estrutural proposto para a estufa agrícola – Lote 2**Estufa Agrícola 8 x 12 metros****Dimensões da Estufa**

Área total da estufa: 96 m² (8 x 12 m)

Altura do pé direito: mínimo de 3 m

Local de instalação

A estufa será implantada no município de Pitanga - PR. A área destinada à implantação da estrutura deverá ser devidamente preparada pelo Instituto Água e Terra (IAT).

Fundações

As colunas deverão ser fixadas ao solo por meio de chumbamento com concreto, em fundações dimensionadas conforme as especificações técnicas, contemplando diâmetro e profundidade adequados. Será executado baldrame em todos os quatro lados, interligando as colunas estruturalmente. O fornecimento dos materiais necessários à execução das fundações — tais como cimento, areia, brita nº 1, entre outros — será de responsabilidade da empresa contratada.

Pé direito

O Pé direito deverá ser feito em tubo de aço galvanizado, conforme descrição abaixo.

Colunas, travessas e arcos em aço galvanizado, conforme descrição abaixo.

Aço: O aço utilizado para a formação da estrutura deverá ser galvanizado em banho de zinco fundente, conforme as normas da ABNT e/ou ASTM A-153 e ASTM A-123.

Alumínio: Deverão ser utilizados os seguintes perfis de alumínio extrudado (Ligas 6063/6261) (Temperas T6/T5): • Calhas para escoamento de água, em alumínio, medindo 90 mm x 150 a 180 mm ou Calha de aço galvanizado a fogo, medindo 70 x 180 x 1,5 mm;

Perfis base simples ou dupla para fixação dos filmes de polietileno da cobertura e fechamentos.

Estrutura metálica

A estrutura da estufa deverá ser composta por pé-direito, colunas, travessas e arcos, todos confeccionados em tubos de aço galvanizado, conforme as especificações técnicas estabelecidas. O aço utilizado deverá ser galvanizado por imersão a quente em banho de zinco fundente, atendendo às normas da ABNT e/ou ASTM A-153 e ASTM A-123, garantindo resistência à corrosão e durabilidade da estrutura.

Serão utilizados perfis de alumínio extrudado nas ligas 6063 ou 6261, com tempera T6 ou T5, para os seguintes componentes:

Calhas para escoamento de águas pluviais, com dimensões de 90 mm x 150 a 180 mm (em alumínio), ou, alternativamente, calhas em aço galvanizado a fogo, com dimensões de 70 mm x 180 mm x 1,5 mm;

Perfis base (simples ou duplos) destinados à fixação dos filmes de polietileno utilizados na cobertura e nos fechamentos laterais.

Área interna da estufa

Caberá à contratada a execução do revestimento integral do solo da área interna com brita devidamente espalhada e nivelada, de forma a garantir as condições adequadas para a posterior instalação de bancadas elevadas destinadas ao cultivo de mudas.

Cobertura

A cobertura deverá ser composta por filme de polietileno transparente, com espessura mínima de 150 micras, dotado de aditivo com tratamento contra radiação ultravioleta (UV), visando aumentar a durabilidade do material e garantir a proteção adequada às culturas.

Laterais e Fechamentos

As paredes frontais deverão ser confeccionadas em tela fixa de filme plástico transparente de polietileno, com espessura mínima de 150 micras, aditivado com tratamento contra radiação ultravioleta (UV), garantindo resistência às intempéries e proteção às mudas.

As paredes laterais deverão ser constituídas por tela fixa de monofilamento com malha de 30% de sombreamento, fabricada em polietileno de alta densidade (PEAD), com tratamento anti-UV, atuando como barreira física parcial contra insetos e contribuindo para o controle microclimático no interior da estufa.

A estrutura deverá contar com cortina lateral móvel, também em filme plástico de polietileno com espessura mínima de 150 micras e aditivo anti-UV, acionada por sistema de manivela manual, que possibilite o levantamento controlado do filme para ventilação lateral, conforme as condições climáticas e operacionais.

Calçada Externa

Deverá ser executado um piso em concreto não polido (piso bruto) com largura mínima de 80 cm, contornando externamente todo o perímetro da estufa.

O piso deverá apresentar declividade de 2% no sentido oposto à estrutura da estufa, visando o adequado escoamento das águas pluviais e evitando o acúmulo de umidade nas proximidades da fundação.

Mureta Perimetral

Deverá ser executada, ao longo de todo o perímetro da estufa, uma mureta de vedação em concreto armado, com altura variando entre 20 cm e 25 cm, destinada ao arremate e fixação dos fechamentos frontais e laterais da estrutura.

A mureta deverá ser dimensionada de acordo com as cargas atuantes e as características do solo, garantindo resistência e estabilidade ao conjunto.

O fornecimento de todos os materiais necessários à sua execução, incluindo cimento, areia, pedra brita nº 1, barras de aço CA-50 com diâmetro de ¼ (6,3 mm) e demais insumos serão de responsabilidade da empresa contratada.

Portas

Deverá ser instalada uma porta de correr, com dimensões mínimas de 2,00 m de largura por 2,30 m de altura, confeccionada em perfis de alumínio extrudado. O fechamento será em tela antiafídeo 50 mesh, garantindo adequada ventilação e barreira eficaz contra insetos vetores de viroses. A instalação deverá ocorrer na parede frontal da estufa.

Ligação Hidráulica

Fica a cargo da empresa contratada a execução completa de todas as ligações hidráulicas necessárias para o abastecimento da estufa, incluindo o fornecimento, instalação e assentamento das tubulações e acessórios, desde o ponto de captação de água até o reservatório e demais pontos de utilização. O Instituto Água e Terra (IAT) responsabiliza-se por fornecer os pontos de captação de água na área dos viveiros onde as estufas serão instaladas.

Sistema de irrigação

A contratada deverá fornecer e instalar sistema de irrigação por microaspersão para estufa de 8 m x 12 m (altura: 2,50 m), com as seguintes especificações:

Emissores: 24 microaspersores mono saída, vazão 70 L/h, com válvula antigotejamento e perfil estabilizador; espaçamento 2,00 m x 2,00 m.

Tubulação: 4 linhas em PVC Ø25 mm PN60 (6 emissores/linha); ramal principal em PVC Ø32 mm PN60.

Acionamento: Setor único, com controle por quadro de comando com temporizador digital.

Filtragem e Monitoramento: Filtro de disco e manômetro.

Motobomba: Trifásica, 1,5 cv, conectada a reservatório com capacidade de 1.000 L.

Vazão total: 1.680 L/h.

O sistema deverá assegurar cobertura uniforme, operação automatizada e conformidade com normas técnicas aplicáveis.

Montagem

A montagem da estufa agrícola deverá ser realizada por técnicos especializados, devidamente registrados e segurados pela empresa contratada, em conformidade com as normas e exigências de segurança do trabalho vigentes.

Os preços propostos deverão contemplar integralmente todos os materiais, tributos, mão de obra, encargos sociais, fretes até o local de entrega, bem como quaisquer outros encargos incidentes sobre o fornecimento e execução do objeto desta licitação, os quais serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

Compete ao IAT a execução dos serviços de terraplanagem, o fornecimento de energia elétrica e água necessários para a montagem, a captação de águas pluviais junto à base das colunas (após instalação dos tubos de PVC) e o fornecimento de alimentação elétrica até o painel de comando.

A contratada deverá realizar os serviços no local designado e dentro dos prazos estipulados no Edital, contados a partir da assinatura do contrato e do recebimento da Nota de Empenho.

A contratada responsabiliza-se por todos os custos e ônus relacionados ao fornecimento do objeto adjudicado, incluindo mão de obra, fretes, seguros e demais despesas desde a origem até a entrega e instalação no local de destino.

Também é responsabilidade da contratada o descarregamento da carga no local de entrega, sem qualquer custo adicional para a contratante.

Garantia

A contratada deverá fornecer garantia mínima de:

18 (dezoito) meses para o filme de polietileno utilizado na cobertura, abrangendo defeitos de fabricação e desempenho inadequado decorrente de degradação prematura;

5 (cinco) anos para a galvanização da estrutura metálica, assegurando sua durabilidade e resistência à corrosão, conforme normas técnicas aplicáveis.

Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela substituição ou reparo dos materiais que apresentarem defeitos ou falhas comprovadas, sem custos adicionais para a contratante.

LOTE 3: CASA DE VEGETAÇÃO 8 x 12 metros**Características gerais da estufa**

Dimensão de 8 x 12 metros;

Estrutura metálica galvanizada com cobertura treliçada tipo duas águas;

Cobertura com plástico difusor de luz, 150 micras;

Laterais e frontais com placas de policarbonato até a altura da calha;

Sistema PAD FAN com painel evaporativo, bomba e placa de 2 metros;

Dois exaustores industriais modelo EM50 com motor trifásico de 1,00 CV;

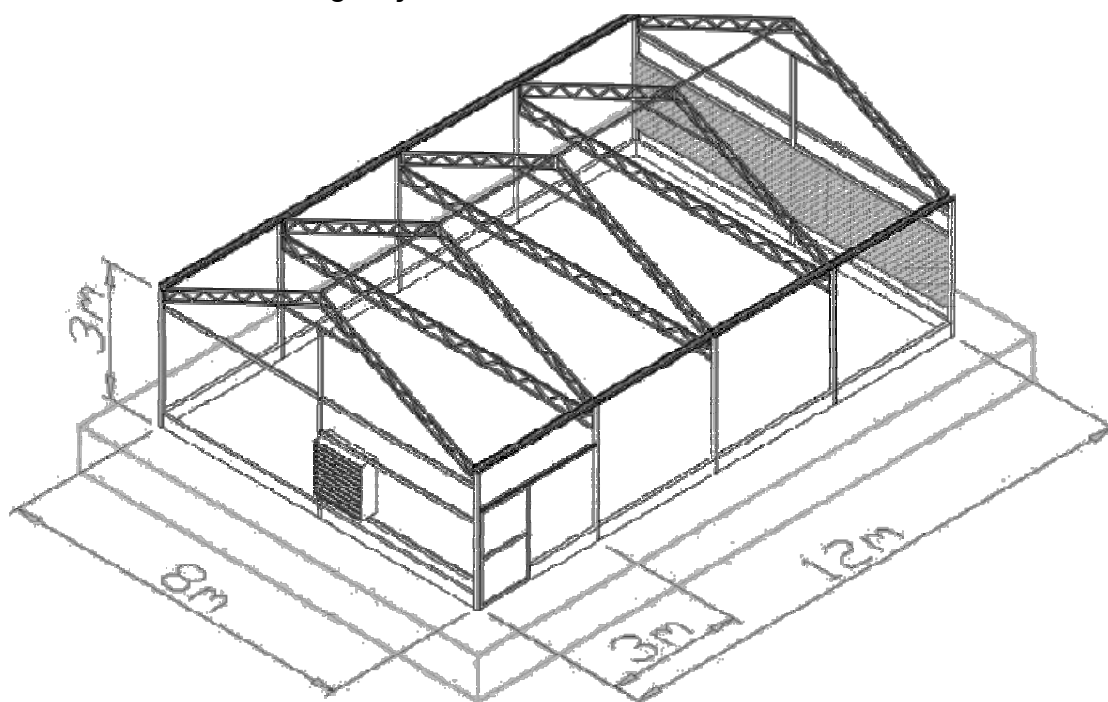
Sistema de ventilação forçada com controle de umidade automatizado;

Vedação climática eficiente;

Altura sob a calha: 3 metros;

Calhas em alumínio extrudado 150 x 90 mm (liga 6005A T5);

Funis de 150 mm com tubulação de saída;
Porta de acesso deslizante (1,50 x 2,10 m);
Painel com controlador de temperatura e irrigação (temporizador Timer);
Tomada de saída no painel;
Sistema de irrigação por nebulização;
1 bomba TP-80 1 CV por unidade;
1 caixa d'água de 1.000 L por unidade;
Mureta de alvenaria (20 cm) e calçada externa (80 cm) em toda a extensão da estrutura.

Modelo estrutural proposto para a Casa de Vegetação – Lote 3**Casa de Vegetação 8 x 12 metros****Dimensões da Estufa**

Área total da estufa: 96 m² (8 x 12 m)

Altura do pé direito: mínimo de 3 m

Local de instalação

As Casas de vegetação serão implantadas nos municípios de São José dos Pinhais – PR e de Engenheiro Beltrão - PR. As áreas destinadas à implantação das estruturas deverão ser devidamente preparadas pelo Instituto Água e Terra (IAT).

Fundações

As colunas deverão ser fixadas ao solo por meio de chumbamento com concreto, em fundações dimensionadas conforme as especificações técnicas, contemplando diâmetro e profundidade adequados. Será executado baldrame em todos os quatro lados, interligando as colunas estruturalmente. O fornecimento dos materiais necessários à execução das fundações — tais como cimento, areia, brita nº 1, entre outros — será de responsabilidade da empresa contratada.

Pé direito

O Pé direito deverá ser feito em tubo de aço galvanizado, conforme descrição abaixo.

Colunas, travessas e arcos em aço galvanizado, conforme descrição abaixo.

Aço: O aço utilizado para a formação da estrutura deverá ser galvanizado em banho de zinco fundente, conforme as normas da ABNT e/ou ASTM A-153 e ASTM A-123.

Alumínio: Deverão ser utilizados os seguintes perfis de alumínio extrudado (Ligas 6063/6261) (Temperas T6/T5): • Calhas para escoamento de água, em alumínio, medindo 90 mm x 150 a 180 mm ou Calha de aço galvanizado a fogo, medindo 70 x 180 x 1,5 mm;

Perfis base simples ou dupla para fixação dos filmes de polietileno da cobertura e fechamentos.

Estrutura metálica

A estrutura da estufa deverá ser composta por pé-direito, colunas, travessas e arcos, todos confeccionados em tubos de aço galvanizado, conforme as especificações técnicas estabelecidas. O aço utilizado deverá ser galvanizado, atendendo às normas da ABNT e/ou ASTM A-153 e ASTM A-123, garantindo resistência à corrosão e durabilidade da estrutura.

Serão utilizados perfis de alumínio extrudado nas ligas 6063 ou 6261, com têmpera T6 ou T5, para os seguintes componentes:

Calhas para escoamento de águas pluviais, com dimensões de 90 mm x 150 a 180 mm (em alumínio), ou, alternativamente, calhas em aço galvanizado a fogo, com dimensões de 70 mm x 180 mm x 1,5 mm;

Perfis base (simples ou duplos) destinados à fixação dos filmes de polietileno utilizados na cobertura e nos fechamentos laterais.

Área interna da estufa

Caberá à contratada a execução do revestimento integral do solo da área interna com brita devidamente espalhada e nivelada com camada de 5 cm, de forma a garantir as condições adequadas para a posterior instalação de bancadas elevadas destinadas ao cultivo de mudas.

Cobertura

A cobertura deverá ser composta por filme de polietileno transparente, com espessura mínima de 150 micras, dotado de aditivo com tratamento contra radiação ultravioleta (UV), visando aumentar a durabilidade do material e garantir a proteção adequada às culturas.

Laterais e Fechamentos

As paredes frontais e laterais deverão ser confeccionadas em policarbonato cristal 10mm

Calçada Externa

Deverá ser executado um piso em concreto não polido (piso bruto) com largura mínima de 80 cm, contornando externamente todo o perímetro da estufa.

O piso deverá apresentar declividade de 2% no sentido oposto à estrutura da estufa, visando o adequado escoamento das águas pluviais e evitando o acúmulo de umidade nas proximidades da fundação.

Mureta Perimetral

Deverá ser executada, ao longo de todo o perímetro da estufa, uma mureta de vedação em concreto armado, com altura variando entre 20 cm e 25 cm, destinada ao arremate e fixação dos fechamentos frontais e laterais da estrutura.

A mureta deverá ser dimensionada de acordo com as cargas atuantes e as características do solo, garantindo resistência e estabilidade ao conjunto.

O fornecimento de todos os materiais necessários à sua execução, incluindo cimento, areia, pedra brita nº 1, barras de aço CA-50 com diâmetro de ¼ (6,3 mm) e demais insumos serão de responsabilidade da empresa contratada.

Portas

Deverá ser instalada uma porta de correr, com dimensões mínimas de 2,00 m de largura por 2,30 m de altura, confeccionada em perfis de alumínio extrudado. O fechamento será em tela antiafídeo 50 mesh, garantindo adequada ventilação e barreira eficaz contra insetos vetores de viroses. A instalação deverá ocorrer na parede lateral da estufa.

Ligação Hidráulica

Fica a cargo da empresa contratada a execução completa de todas as ligações hidráulicas necessárias para o abastecimento da estufa, incluindo o fornecimento, instalação e assentamento das tubulações e acessórios, desde o ponto de captação de água até o reservatório e demais pontos de utilização. O Instituto Água e Terra (IAT) responsabiliza-se por fornecer os pontos de captação de água na área dos viveiros onde as estufas serão instaladas.

Sistema de irrigação

A contratada deverá fornecer e instalar sistema de irrigação por nebulização para estufa de 8 m x 12 m (altura: 2,50 m), com as seguintes especificações:

Emissores: 56 nebulizadores tipo fogger cruzeta (4 saídas), vazão 28 L/h, com válvulas antigotejamento; espaçamento 1,14 m x 1,50 m.

Tubulação: 7 linhas em PVC Ø25 mm PN60 (8 emissores/linha); ramal principal em PVC Ø32 mm PN80.

Setorização: Acionamento em setor único.

Controle e Monitoramento: Quadro de comando com controlador termostato MT-530, filtro de disco e manômetro.

Motobomba: Trifásica, 2,0 cv, conectada a reservatório com capacidade de 1.000 L.

Vazão total: 1.568 L/h.

O sistema deverá assegurar distribuição homogênea da névoa, controle automatizado por temperatura e estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

Sistema de refrigeração

A contratada deverá fornecer e instalar sistema de refrigeração (PAD/FAN) para estufa de 8 m x 12 m, composto pelos seguintes elementos:

Exaustão: um exaustor axial de 50", instalado a 1,20 m do solo, com capacidade de aproximadamente 114 trocas de ar/hora. Equipado com venezianas automáticas, fixado em estrutura metálica com perfis em aço galvanizado.

Painel Evaporativo: Instalação na face frontal oposta ao exaustor, na parte externa da estufa, com dimensões de 8,00 m (largura) x 1,20 m (altura) x 150 mm (profundidade), posicionado a 1,20 m do solo. Painéis em celulose, tipo 45°/15°, com tratamento anti-algas.

Sistema Hidráulico: Tubulação e conexões em PVC, calha coletora em alumínio, filtro de disco, motobomba centrífuga de 0,5 cv e reservatório de 500 L.

Automação e Energia: Quadro de comando com controlador termostato MT-530, alimentação em rede trifásica.

O sistema deverá assegurar ventilação forçada e resfriamento evaporativo eficiente, conforme normas técnicas e requisitos de desempenho para ambientes protegidos.

Montagem

A montagem deverá ser realizada por técnicos especializados, devidamente registrados e segurados pela empresa contratada, em conformidade com as normas e exigências de segurança do trabalho vigentes.

Os preços propostos deverão contemplar integralmente todos os materiais, tributos, mão de obra, encargos sociais, fretes até o local de entrega, bem como quaisquer outros encargos incidentes sobre o fornecimento e execução do objeto desta licitação, os quais serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

Compete ao IAT a execução dos serviços de terraplanagem, o fornecimento de energia elétrica e água necessários para a montagem, a captação de águas pluviais junto à base das colunas (após instalação dos tubos de PVC) e o fornecimento de alimentação elétrica até o painel de comando.

A contratada deverá realizar os serviços no local designado e dentro dos prazos estipulados no Edital, contados a partir da assinatura do contrato e do recebimento da Nota de Empenho.

A contratada responsabiliza-se por todos os custos e ônus relacionados ao fornecimento do objeto adjudicado, incluindo mão de obra, fretes, seguros e demais despesas desde a origem até a entrega e instalação no local de destino.

Também é responsabilidade da contratada o descarregamento da carga no local de entrega, sem qualquer custo adicional para a contratante.

Garantia

A contratada deverá fornecer garantia mínima de:

18 (dezoito) meses para o filme de polietileno utilizado na cobertura, abrangendo defeitos de fabricação e desempenho inadequado decorrente de degradação prematura;

5 (cinco) anos para a galvanização da estrutura metálica, assegurando sua durabilidade e resistência à corrosão, conforme normas técnicas aplicáveis.

Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela substituição ou reparo dos materiais que apresentarem defeitos ou falhas comprovadas, sem custos adicionais para a contratante.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

Os produtos objetos do presente processo de aquisição seguem a padronização definida no item 1.2.

1.4 DO FORNECIMENTO

O fornecimento e a instalação dos itens que compõem cada lote deverão ser realizados em etapa única, dentro do prazo estabelecido no item 9 deste Termo de Referência. A execução deverá ocorrer conforme as especificações técnicas aqui descritas, integralmente por conta e responsabilidade da contratada, nos locais e nas quantidades indicadas a seguir.

LOCAL PARA FORNECIMENTO	QUANTIDADE	Responsável e contatos	Horário de Funcionamento
Viveiro Florestal do Instituto Água e Terra - Escritório Regional de Paranavaí (ERPVI): Estrada Municipal Água do Macuco, Bairro Rural – anexo ao Parque de Exposição, Paranavaí – PR	1 unidade; Lote 1	Antônio Carlos Terto (44) 3423-2526 (41) 99554-3966	Manhã: 07h30min às 11h30min Tarde: 13h30min às 17h30min
Viveiro Florestal do Instituto Água e Terra - Escritório Regional de Umuarama (ERUMU): Estrada Paca, s/n - a 3.500m do Jardim São Cristóvão, CEP: 87507-190, Umuarama – PR.	1 unidade; Lote 1	Cidnei Aparecido da Silva (44) 3623-2300 (41) 99554-2652	Manhã: 07h30min às 11h30min Tarde: 13h00min às 17h00min
Viveiro Florestal do Instituto Água e Terra - Escritório Regional de Cornélio Procopio (ERCOP): Rua Uirapuru, s/nº - Jardim Primavera, CEP: 86300-000, Cornélio Procopio – PR.	1 unidade; Lote 1	Reginaldo Alves da Silva (43) 3524-2597	Manhã: 08h30min às 11h30min Tarde: 13h30min às 17h00min
Viveiro Florestal do Instituto Água e Terra - Escritório Regional de Pitanga (ERPIT): Rua Domingos Santos Neto, s/nº - Conj. Santa Regina, CEP: 85200-000, Pitanga – PR.	1 unidade; Lote 2	Keoma de Freitas da Silva (42) 3646-5610	Manhã: 08h00min às 12h00min Tarde: 13h00min às 17h00min
Laboratório de Sementes Florestais do Instituto Água e Terra - Escritório Regional de Curitiba (ERCB): BR 277, km 72 - Guatupê, CEP:83075-000, São José dos Pinhais – PR.	1 unidade; Lote 3	Camila da Silva Rocha (41) 3382-5670 (41) 99554-4624	Manhã: 08h00min às 12h00min Tarde: 13h00min às 16h30min
Laboratório de Sementes Florestais do Instituto Água e Terra - Escritório Regional de Campo Mourão (ERCMO): PR 082, km 214 - Distrito de Figueira do Oeste, CEP: 87270-000, Engenheiro Beltrão – PR.	1 unidade; Lote 3	Cristiane Bazzo Miranda (44) 3533-1170 (41) 99554-2121	Manhã: 07h30min às 11h00min Tarde: 12h30 às 17h00min

1.5 AMOSTRAS

A apresentação de amostras não será exigida, tendo em vista que as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência são suficientes para assegurar a conformidade dos itens. A verificação da adequação será realizada no momento da entrega, mediante acompanhamento, conferência e testes a cargo da fiscalização.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A aquisição de novas estufas agrícolas para os viveiros do IAT tem como objetivo expandir a capacidade de produção de mudas florestais nativas nos respectivos locais de instalação, contribuindo para o aumento da oferta de mudas destinadas às ações de restauração ambiental no Estado do Paraná.

2.2 A padronização e aquisição das estufas agrícolas 16 x 33 metros e 8 x 12 metros estão em conformidade com a Meta 09 do Plano de Trabalho vinculado ao Programa Paraná Mais Verde, que estabelece a ampliação mínima de 20% da área destinada à produção de mudas em estufa.

2.3 A aquisição de novas casas de vegetação para os Laboratórios de Sementes Florestais do IAT visa substituir estruturas antigas, padronizar os ensaios de germinação e fortalecer as atividades de pesquisa científica desenvolvidas na instituição, garantindo controle ambiental e consistência dos resultados.

2.4 A padronização e aquisição das casas de vegetação 8 x 12 metros estão em conformidade com a Meta 07 do Plano de Trabalho vinculado ao Programa Paraná Mais Verde, que estabelece o aumento de testes de germinação desenvolvidos pelo IAT em 30%.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: Setembro/2022.

Assinatura Avançada realizada por: **Alison de Araujo Bevervanco (XXX.070.399-XX)** em 03/12/2025 15:45 Local: IAT/DIPAN/GERA/DMN. Inserido ao protocolo **24.830.736-6** por: **Alison de Araujo Bevervanco** em: 03/12/2025 15:43. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **37809d0bc28f3d8fa1b9fc7cef882ba**

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 06/02/2026 15:34 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO. Inserido ao protocolo **24.830.736-6** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 06/02/2026 12:33. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **9376ec6443933dbd3f0e1baa9a506966**

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A solução consiste na aquisição, instalação e entrega definitiva de estufas agrícolas padronizadas e casas de vegetação para os viveiros e Laboratórios de Sementes Florestais do Instituto Água e Terra (IAT), conforme as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

4 PESQUISA DE PREÇOS

Em conformidade com o Art. 368 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, as pesquisas de mercado relativas ao objeto desta contratação foram conduzidas pelo servidor Jobert Silva da Rocha. Não foram localizados valores em tabelas oficiais, em razão da ausência do objeto nessas referências, tampouco foi viável a utilização de valores referenciais provenientes de outros órgãos públicos ou entidades, devido às especificidades técnicas singulares do objeto.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

A presente contratação está dividida em três lotes, em razão das diferenças dimensionais, das especificações técnicas, da finalidade de uso e do local de instalação das estruturas. O Lote 1 contempla estufas agrícolas de 16 x 33 m, destinadas a três viveiros; o Lote 2 compreende uma estufa agrícola de 8 x 12 m; e o Lote 3 abrange duas casas de vegetação de 8 x 12 m, com sistema de resfriamento, voltadas às atividades de testes de germinação em laboratórios de sementes.

O parcelamento em lotes amplia a competitividade, ao permitir a participação de fornecedores locais, e favorece a economicidade ao possibilitar a disputa separada para as diferentes especificações técnicas, além de reduzir o risco de concentração contratual em um único fornecedor.

Quanto ao fornecimento de cada lote, as quantidades solicitadas de cada item destinam-se ao uso imediato nas atividades em curso nos viveiros e laboratórios de sementes florestais. Diante dessa necessidade operacional, não se prevê o parcelamento do fornecimento de cada lote.

6 SUSTENTABILIDADE

A contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

6.1 adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

6.2 apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

6.3 A contratada adotará, sempre que possível, práticas e/ou critérios sustentáveis, dentre eles:

I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

III - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A restrição de participação exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), prevista no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, não se aplica ao presente certame, uma vez que nenhum dos lotes possui valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Da mesma forma, a reserva de cota de até 25% do objeto para contratação de ME e EPP, conforme o disposto no art. 48, inciso III, da referida Lei Complementar, também não é aplicável, tendo em vista que o objeto é considerado tecnicamente indivisível.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1. O prazo de entrega dos bens será de 90 (noventa) dias para o Lote 1, 60 (sessenta) dias para o Lote 2 e 90 (noventa) dias para o Lote 3, contados a partir da assinatura do contrato, em remessa única, nos endereços indicados no item 1.4 deste Termo de Referência.

9.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.6 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no item 1.4, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.7 Os critérios para o recebimento estão especificados no instrumento de contrato.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do INSTITUTO ÁGUA E TERRA – IAT, CNPJ: 68.596.162/0001-78, Rua Engenheiro Rebouças, 1206, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$I = \frac{(6/100)}{365}$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1. As exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista são aquelas usualmente aplicáveis à generalidade dos objetos, conforme disposto no art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelos licitantes estão previstos no art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3. Os critérios de qualificação técnica exigidos serão aqueles estabelecidos no art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO

14.1 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Em conformidade com o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração optou por não exigir garantia de execução contratual para a presente contratação.

13.2. A decisão fundamenta-se na natureza do objeto contratado, que se refere à aquisição de bens (estufas agrícolas e casas de vegetação), de entrega única, sem complexidade técnica que justifique o risco de inadimplemento relevante por parte da contratada.

13.3. Considera-se, ainda, que a exigência de garantia poderia representar oneramento excessivo para os licitantes, o que contraria os princípios da economicidade e isonomia previstos na legislação.

13.4. Ressalta-se que, independentemente da não exigência de garantia, permanecem plenamente aplicáveis as sanções legais e contratuais em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

16.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal.

16.2 A garantia será prestada com vistas a manter as estruturas fornecidas em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

16.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

16.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

16.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

16.6 Uma vez notificado, o contratado deverá realizar a reparação, substituição ou manutenção dos bens que apresentarem vícios ou defeitos, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do início efetivo das atividades corretivas nas dependências da Administração, seja diretamente pelo contratado ou por meio de assistência técnica autorizada.

16.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

16.8 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

16.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

16.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17 VIGÊNCIA:

17.1 O contrato a ser firmado terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de assinatura.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 A periodicidade de reajuste dos valores contratuais será anual, conforme previsto na Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001. Para fins de atualização monetária, será adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, por tratar-se de indicador oficial que reflete a variação da inflação e assegura a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

18.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

18.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.2 Para os reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data de aplicação do último reajuste.

18.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 6961 - FEMA;

Fonte de Recursos: 759 detalhamento 000118;

Programa de Trabalho: F6961 1854 223 8294 - Gestão da conservação e recuperação do meio ambiente FEMA;

Elemento de Despesa: 4490.52.40 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Alison de Araújo Bevervanço

Agente Profissional – Engenheiro Civil

IAT/DIPAN/GERA/DMN

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: Setembro/2022.

Assinatura Avançada realizada por: **Alison de Araujo Bevervanço (XXX.070.399-XX)** em 03/12/2025 15:45 Local: IAT/DIPAN/GERA/DMN. Inserido ao protocolo **24.830.736-6** por: **Alison de Araujo Bevervanço** em: 03/12/2025 15:43. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **37809d0bc28f3d8fa1b9fc7cef882ba**

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 06/02/2026 15:34 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO. Inserido ao protocolo **24.830.736-6** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 06/02/2026 12:33. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **9376ec6443933dbd3f0e1baa9a506966**

Documento: **TREstufasagricolaseCasasdeVegetacao.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Alison de Araujo Bevervanco (XXX.070.399-XX)** em 03/12/2025 15:45 Local: IAT/DIPAN/GERA/DMN.

Inserido ao protocolo **24.830.736-6** por: **Alison de Araujo Bevervanco** em: 03/12/2025 15:43.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

ANEXO II
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 Todos os licitantes deverão estar registrados no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{array}{l} \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \end{array}$$

$$\begin{array}{l} \text{Ativo Total} \\ \text{SG} = \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \end{array}$$

$$\begin{array}{l} \text{Ativo Circulante} \\ \text{LC} = \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante}} \end{array}; \text{ e}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 (um inteiro) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 (um inteiro) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 (um inteiro) no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 2083 Ano: 2025

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:		
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :	
Endereço	:	
Bairro:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:	Fax:	e-mail:
Banco: 001 - Banco do Brasil	Agência:	Conta-corrente:

Constitui objeto desta licitação: Aquisições de Estufas Agrícolas e Casas de Vegetação para atender a demanda de produção de mudas e testes de germinação nos Viveiros e Laboratórios de Sementes Florestais do Instituto Água e Terra

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota ICMS	%
Item 1	Estufa agrícola (16 x 33 metros)	3	R\$	R\$	R\$	R\$	%	

Lote 2	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota ICMS	%
Item 1	Estufa agrícola (8 x 12 metros)	1	R\$	R\$	R\$	R\$	%	

Lote 3	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota ICMS	%
Item 1	Casa de vegetação (8 x 12 metros)	2	R\$	R\$	R\$	R\$	%	

2. A validade da proposta é de 180 (cento e oitenta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 2083/2025, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2 Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

ANEXO VI
LOCAIS DE ENTREGA

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
Local de Entrega: Viveiro Florestal do Instituto Água e Terra - Escritório Regional de Paranavaí (ERPVI): Estrada Municipal Água do Macuco, Bairro Rural – anexo ao Parque de Exposição, Paranavaí – PR
Responsável pelo Recebimento: Antônio Carlos Terto
Telefone: (44) 3423-2526 (41) 99554-3966
Horário de Funcionamento: Manhã: 07h30min às 11h30min Tarde: 13h30min às 17h30min

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
Local de Entrega: Viveiro Florestal do Instituto Água e Terra - Escritório Regional de Umuarama (ERUMU): Estrada Paca, s/n - a 3.500m do Jardim São Cristóvão, CEP: 87507- 190, Umuarama – PR.
Responsável pelo Recebimento: Cidnei Aparecido da Silva
Telefone: (44) 3623-2300 (41) 99554-2652
Horário de Funcionamento: Manhã: 07h30min às 11h30min Tarde: 13h00min às 17h00min

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
Local de Entrega: Viveiro Florestal do Instituto Água e Terra - Escritório Regional de Cornélio Procopio (ERCOP): Rua Uirapuru, s/nº - Jardim Primavera, CEP: 86300-000, Cornélio Procopio – PR.
Responsável pelo Recebimento: Reginaldo Alves da Silva
Telefone: (43) 3524-2597
Horário de Funcionamento: Manhã: 08h30min às 11h30min Tarde: 13h30min às 17h00min

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
Local de Entrega: Viveiro Florestal do Instituto Água e Terra - Escritório Regional de Pitanga (ERPIT): Rua Domingos Santos Neto, s/nº - Conj. Santa Regina, CEP: 85200-000, Pitanga – PR.
Responsável pelo Recebimento: Keoma de Freitas da Silva
Telefone: (42) 3646-5610
Horário de Funcionamento: Manhã: 08h00min às 12h00min Tarde: 13h00min às 17h00min



ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT
Diretoria Administrativa e Financeira
Setor de Licitação



Protocolo n° 24.830.736-6 Pregão Eletrônico n° 2083/2025 – EDITAL (página 20 de 32)

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
Local de Entrega: Laboratório de Sementes Florestais do Instituto Água e Terra - Escritório Regional de Curitiba (ERCBA): BR 277, km 72 - Guatupê, CEP:83075-000, São José dos Pinhais – PR.
Responsável pelo Recebimento: Camila da Silva Rocha
Telefone: (41) 3382-5670 (41) 99554-4624
Horário de Funcionamento: Manhã: 08h00min às 12h00min Tarde: 13h00min às 16h30min

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
Local de Entrega: Laboratório de Sementes Florestais do Instituto Água e Terra - Escritório Regional de Campo Mourão (ERCMO): PR 082, km 214 - Distrito de Figueira do Oeste, CEP: 87270-000, Engenheiro Beltrão – PR.
Responsável pelo Recebimento: Cristiane Bazzo Miranda
Telefone: (44) 3533-1170 (41) 99554-2121
Horário de Funcionamento: Manhã: 07h30min às 11h00min Tarde: 12h30 às 17h00min



ANEXO VII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: [O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão INSTITUTO ÁGUA E TERRA, com sede no(a) Rua Engenheiros Rebouças, n° 1206, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 68.596.162/0001-78, neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto n.º XXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 2083/2025 (protocolo n.º 24.830.736-6) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Aquisição de Estufas Agrícolas e Casas de Vegetação, conforme descrito no Termo de Referência.

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 1	Estufa agrícola (16 x 33 metros)	Dimensão total de 16x33 metros composta por dois módulos de 8x33 metros conectados por porta interna; Estrutura metálica galvanizada com cobertura treliçada tipo arco (meia-lua); Cobertura com filme plástico difusor de luz, 150 micras; Meia lua com janela de ventilação móvel; Paredes frontais em tela fixa de filme plástico UV 150 micras; Paredes laterais em tela fixa de monofilamento (malha 30%); Cortina lateral em filme plástico UV 150 micras; Laterais com sistema de manivela para levantamento do filme plástico UV 150 micras; Piso interno revestido com brita; Portas frontais deslizantes e resistentes; Sistema de irrigação por microaspersão com painel	Unidade	Três	R\$	R\$

Protocolo n° 24.830.736-6

Pregão Eletrônico n° 2083/2025

– EDITAL (página 22 de 32)

		temporizador; Altura sob a calha: 3 metros; Calhas de alumínio 150 x 90 mm; Funis de 150 mm com tubulação de saída; Mureta de concreto (20 cm de altura x 35 cm de profundidade) em toda a extensão da estufa; Calçada externa (cimento) de 80 cm ao redor de toda a extensão da estufa.				
--	--	--	--	--	--	--

Lote 2	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 1	Estufa agrícola (8 x 12 metros)	Dimensão total de 8 x 12 metros em módulo único; Estrutura metálica galvanizada com cobertura treliçada tipo arco (meia-lua); Cobertura com filme plástico difusor de luz, 150 micras; Meia lua com janela de ventilação móvel; Paredes frontais em tela fixa de filme plástico UV 150 micras; Paredes laterais em tela fixa de monofilamento (malha 30%); Cortina lateral em filme plástico UV 150 micras; Laterais com sistema de manivela para levantamento do filme plástico UV 150 micras; Piso interno revestido com brita; Portas frontais deslizantes e resistentes; Sistema de irrigação por microaspersão com painel temporizador; Altura sob a calha: 3 metros; Calhas de alumínio 150 x 90 mm; Funis de 150 mm com tubulação de saída; Mureta de concreto (20 cm de altura X 35 cm de profundidade) em toda a extensão da estufa; Mureta de concreto (20 cm de altura x 35 cm de profundidade) em toda a extensão da estufa; Calçada externa (cimento) de 80 cm ao redor de toda a extensão da estufa.	Unidade	Um	R\$	R\$

Lote 3	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 1	Casa de vegetação (8 x 12 metros)	Estrutura metálica galvanizada com cobertura tipo duas águas; Cobertura com plástico difusor de luz, 150 micras; Laterais e frontais com placas de policarbonato até a altura da calha; Sistema PAD FAN com painel evaporativo, bomba e placa de 2 metros; Dois exaustores industriais modelo EM50 com motor trifásico de 1,00 CV; Sistema de ventilação forçada com controle de umidade automatizado; Vedação climática eficiente; Altura sob a calha: 3 metros; Calhas em alumínio extrudado 150 x 90 mm (liga 6005A T5); Funis de 150 mm com tubulação de saída; Porta de acesso deslizante (1,50 x 2,10 m); Painel com controlador de temperatura e irrigação (temporizador Timer); Tomada de saída no painel; Sistema de irrigação por nebulização; 1 bomba TP-80 1 CV por unidade; 1 caixa d'água de 1.000 L por unidade; Mureta de concreto (20 cm de altura x 35 cm de profundidade) em toda a extensão da estufa; Calçada externa (cimento) de 80 cm ao redor de toda a extensão da estufa.	Unidade	Duas	R\$	R\$

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 2083/2025, objeto do processo administrativo n.º 24.830.736-6, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXXX, de XXXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

Os bens deverão ser fornecidos conforme descrito no Termo de Referência.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025.
Acesso em 04/12/2025 às 11h40min.

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

5.1.1 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de XXXX (PRAZO POR EXTENSO) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até XXXX (PRAZO POR EXTENSO) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de [XXXXXXX] (XXXX) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: F6961 1854 223 8294;

Fonte de Recursos: 759/ 000118;

Programa de Trabalho: Gestão da conservação e recuperação do meio ambiente FEMA;

Elemento de Despesa: 4490.52.40 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários.

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de __/__/__ a __/__/__.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.10 adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

10.1.10.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.10.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.10.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.10.4 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10.1.11 adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.1.12 apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = (6/100)$	$I = 0,00016438$
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões justificadas no Termo de Referência.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

13.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 24 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal.

13.1.1 A exigência de garantia contratual de 24 (doze) meses, superior ao prazo legal, deve-se à necessidade de assegurar a durabilidade, desempenho contínuo e confiabilidade do produto, essencial à prestação do serviço público. O prazo ampliado reduz riscos de falhas precoces, evita gastos com manutenção e garante maior vantagem à Administração, conforme os princípios da economicidade e eficiência.

13.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

13.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

13.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

13.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

13.8 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

13.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3 O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.4.1 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.

16.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 2083/2025, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar n° 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal n° 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar n° 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IX
DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

Documento: **Edital2083.2025Estufaagricolaecasadavegetacaoorganized.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 06/02/2026 15:34 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO.

Inserido ao protocolo **24.830.736-6** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 06/02/2026 12:33.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: